

José Veríssimo, leitor de estrangeiros*



JOÃO
ALEXANDRE
BARBOSA

Universidade
de São Paulo

Resumo

Examinam-se matérias assinadas por José Veríssimo entre 1899 e 1908, no *Jornal do Comércio*, na *Revista Brasileira*, no *Correio da Manhã* e nas revistas *Renascença* e *Kosmos*, editadas em três volumes em 1902, 1905 e 1910, e finalmente reunidas e reeditadas no ano de 2000. Nos textos, destaca-se a erudição de Veríssimo, investigam-se preocupações com temáticas sociais e históricas e, em especial, procura-se dar visibilidade ao interesse que nutriu pelas letras hispano-americanas.

Abstract

Articles written by José Veríssimo between 1899 and 1908 for *Jornal do Comércio*, *Revista Brasileira*, *Correio da Manhã* and for the periodicals *Renascença* and *Kosmos* are examined. They were published in three volumes in 1902, 1905 and 1910, and finally collected and republished in 2000. Veríssimo's erudition is highlighted in the texts, and his concern with social and historical themes is investigated. An attempt is given to make visible the interest he nourished for Hispano-American letters.

Palavras-chave

Cultura; história;
literatura;
positivismo.

Keywords

Culture; history;
literature; positivism.

Nascido em meados do século XIX, em 1857, para ser preciso, data do início, por assim dizer, oficial da modernidade na literatura do Ocidente com a publicação de *Les fleurs du mal*, de Baudelaire, e de *Madame Bovary*, de Flaubert, e vivendo os seus anos de formação em pleno apogeu do Segundo Reinado (ele tinha 32 anos quando a República foi proclamada), José Veríssimo atinge a maturidade como crítico da literatura e da cultura brasileiras entre os primeiros anos da República e aqueles que correspondem à nossa *Belle Époque*, isto é, entre 1900 e a deflagração da Grande Guerra em 1914.

Dois anos depois, em pleno conflito mundial, ele morre e é publicada a obra pela qual ficou mais conhecido: a *História da literatura brasileira*. Ou mesmo unilateralmente conhecido, pois todo o restante de sua obra, aquela que já vinha publicando desde a sua província do Pará entre os finais dos anos 70 e nos anos 80, e mesmo aquela que publica já no Rio de Janeiro a partir dos anos 90, ficou mais ou menos ofuscado pela *História* de 1916 e algumas obras só foram reeditadas muito recentemente, enquanto outras nem tanto, permanecendo em primeiras edições.

É, por um lado, o caso de *A educação nacional*, que teve a sua primeira edição publicada no Pará, em 1890, e uma segunda, no Rio de Janeiro, em 1906, e só em 1985 foi republicada pela editora Mercado Aberto, do Rio Grande do Sul, e, por outro, o caso dos dois volumes de seus *Estudos brasileiros*, o primeiro publicado no Pará, em 1889, e o segundo no Rio, em 1894, e que até hoje não foram reeditados.

Ou, ainda, por um lado, o caso das seis séries dos *Estudos de literatura brasileira*, publicadas originalmente entre 1901 e 1907, e que somente entre 1976 e 1977 foram republicadas pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, e pela Editora da Universidade de São Paulo, a que se acrescentou, em 1979, uma sétima série, deixada inédita pelo autor, e, por outro, o caso do volume *Que é literatura? e outros escritos*, de 1907, que permanece ainda em primeira edição.

Devem-se referir ainda todos aqueles pequenos estudos acerca da região amazônica (tais como *A Amazônia: aspectos econômicos*, de 1892, *Pará e Amazonas – Questão de limites*, de 1899, ou *Interesses da Amazônia*, de 1915) que permaneceram mais ou menos esquecidos em suas primeiras e únicas edições.

Na verdade, os únicos trabalhos do autor sobre a região amazônica que têm sido republicados modernamente são o livro de narrativas *Cenas da vida amazônica*, cuja primeira edição é de 1886, e *A pesca na Amazônia* de 1895.¹

* Texto publicado como introdução à reedição de *Homens e coisas estrangeiras*, de José Veríssimo, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000

¹ Um bom resumo dessa parte da obra de José Veríssimo é o ensaio "José Veríssimo: pensamento social e etnografia (1877-1915)", de José Maia Bezerra Neto, in *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 42, n. 3, 1999, pp. 539-63.

O caso mais grave dessa atropelada trajetória editorial, no entanto, foi terem permanecido em primeiras edições os três volumes da obra *Homens e coisas estrangeiras*, de 1902, 1905 e 1910, respectivamente, e que somente agora, quase um século depois, encontra em José Mário Pereira, da Topbooks, um editor decidido a reparar tal indigência editorial.

E foi mais grave, sobretudo, por duas razões: em primeiro lugar, com referência à própria imagem do crítico que, do escritor apenas ocupado por assuntos de literatura e cultura brasileiras, tal como geralmente é visto, ali se revela como um leitor da literatura universal que, num trabalho sempre vinculado ao jornalismo imediato, buscava atualizar-se, e ao leitor brasileiro, com o que de mais contemporâneo se fazia e se debatia no terreno das idéias e das letras; em segundo lugar, os textos escritos por José Veríssimo terminam por ser uma importante contribuição para o próprio estudo da época brasileira em que se inscrevem, termômetros sensíveis de aspirações e circulações intelectuais.

Desse modo, na articulação entre essas duas ordens de razões, as três séries de *Homens e coisas estrangeiras*, agora reunidas nesse volume único, podem ser lidas, ao lado dos *Estudos de literatura brasileira*, como expressões do momento mais significativo da obra crítica de José Veríssimo.

Na verdade, os textos que constituem as duas obras foram não apenas escritos pela mesma época – entre 1895 e 1906, para os *Estudos*, e entre 1899 e 1908, para *Homens e coisas estrangeiras* –, mas também tiveram como veículos primários, com uma ou outra exceção (é o caso, por exemplo, para a primeira série dos *Estudos*, dos textos publicados na *Revista Brasileira*, que circulou entre 1895 e 1899,² fase em que o próprio crítico era o seu editor), os mesmos periódicos: os jornais *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã* e as revistas *Kosmos* e *Renascença*, todos do Rio de Janeiro.

Sendo assim, o que primeiro caracteriza ambas as obras é o fato de que os ensaios que as constituem terem sido, sobretudo, matéria jornalística, resenhas de livros ou discussão de tópicos literários e culturais escritos para os periódicos mencionados. E dadas a frequência e a posição de destaque com que eram publicados (no *Correio da Manhã* as matérias de José Veríssimo eram estampadas, quase sempre, na primeira página, ao lado do editorial assinado pelo criador e diretor do jornal, Edmundo Bittencourt), pode-se imaginar o peso que tais escritos representavam para a presença cultural do crítico e da crítica na imprensa da época.

² Faço questão de acentuar a circulação da *Revista*, pois existe um vigésimo número, datado de 1900, inteiramente preparado para circulação, trazendo um precioso “Índice alfabético das matérias contidas nos vinte volumes da *Revista Brasileira* (janeiro de 1895 a dezembro de 1899)”, mas que não foi publicado, e que se achava na Academia Brasileira de Letras quando foi localizado por José Cavalcante de Souza, doutor em Literatura Brasileira pela USP, ao escrever a sua tese sobre a mencionada *Revista*, em 1982, sob a orientação do Professor José Aderaldo Castello.

De fato, a partir de 1891, quando, aos 34 anos, transfere-se do Pará para o Rio de Janeiro, logo José Veríssimo passou a escrever para o *Jornal do Brasil*, então dirigido por Rodolfo Dantas, iniciando uma atividade de crítica jornalística na capital do país que o acompanhará até as vésperas de sua morte através das colaborações para *O Imparcial – Diário Ilustrado do Rio de Janeiro*, em que publica até maio de 1915 (parte de seus escritos foram reunidos, em 1936, no volume *Letras e literatos: estudinhos críticos acerca da nossa literatura do dia (1912-1914)*).

Quanto à sua colaboração para o *Jornal do Brasil*, ela foi incluída no livro que publicou em 1894, *Estudos brasileiros. Segunda série (1889-1893)*, tendo a primeira, reunindo textos de 1877 a 1885, sido publicada ainda no Pará, em 1889.

Graças a uma carta escrita pelo crítico nesse ano de 1889 e dirigida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a finalidade de completar a sua matrícula como sócio correspondente da instituição, carta esta existente na Seção de Manuscritos do mesmo Instituto, é possível ter, com fidelidade, o quadro de suas atividades essenciais até aquela data.

Pelo documento manuscrito, endereçado a João Severiano da Fonseca, ficamos sabendo não apenas de sua matrícula, em 1874, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde também estudou os preparatórios, e de seu regresso, por doença, em 1876, à província natal, onde desenvolveu atividades como funcionário público e, posteriormente, como professor do magistério particular, criando e dirigindo o Colégio Americano, que existiu de 1884 a 1890, data em que passou a ser Diretor da Instrução Pública do Pará, e como jornalista, fundando e dirigindo a *Revista Amazônica* (de 1883 a 1884, de que foram publicados dez fascículos), mas somos informados ainda de sua participação, em 1880, no Congresso Literário Internacional reunido em Lisboa, ocasião em que viu Eça de Queirós, acontecimento de que dá notícia num dos ensaios de *Homens e coisas estrangeiras*, quando da morte do escritor português, e no Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, que se reuniu em Paris em 1889 e onde apresentou um trabalho sobre *O homem de Marajó e a antiga civilização amazônica*.³

Se a essas informações forem acrescentadas as cinco obras de sua autoria que arrola em seu currículo – *Primeiras páginas* (1878), *Emílio Littré* (1881), *Carlos Gomes* (1882), *Cenas da vida amazônica* (1886) e *Estudos brasileiros* (1889) –, percebe-se que não era culturalmente jejuno o jovem crítico que, em 1891, mudava-se para o Rio de Janeiro e iniciava a sua atividade jornalística no *Jornal do Brasil*.

Mas é, de fato, em 1899, ou, para ser mais preciso, em 2 de janeiro daquele ano, com o artigo intitulado “O ano passado”, que inicia a sua extensa colaboração para o *Jornal do Comércio*, a qual se estenderá até 13

³ Cf. Ms. cit. p. 4-5.

de agosto de 1915, com o texto “O Sr. Roosevelt e o perigo alemão nos Estados Unidos”, e com a qual afirma definitivamente a sua presença como crítico na capital do país, sobretudo a partir de sua colaboração simultânea, a partir de 2 de julho de 1901, com o artigo “O pan-americanismo”, no *Correio da Manhã* e que se manterá por dois anos, até 26 de janeiro de 1903, quando publica o texto “França e Alemanha: sua influência espiritual”.

O resultado de toda essa atividade, juntamente com alguns artigos publicados nas revistas *Kosmos*, *Renascença* e *Revista Brasileira*, foram, como já se disse, os dois conjuntos de livros editados entre 1901 e 1910: as seis (hoje sete) séries dos *Estudos de literatura brasileira* e as três séries de *Homens e coisas estrangeiras*, com os quais assumiu uma espécie de liderança crítica no Brasil de nossa *Belle Époque*.

Acerca do primeiro conjunto, já escrevi mais detidamente na introdução para a reedição das seis séries em 1976, já referida.⁴

Examinemos agora o segundo conjunto por ocasião de sua primeira reedição.

II

Dos 25 textos da primeira série da obra, publicada em 1902, 24 foram originalmente publicados pelo *Jornal do Comércio*, entre 13 de fevereiro de 1899 e 24 de dezembro de 1900, e um, *Um romance mexicano*, foi incluído naquele vigésimo número da *Revista Brasileira*, de 1900, e que, como já foi dito, não circulou.⁵

Alguns textos sofreram, na passagem do jornal para a edição em livro, alterações de título, casos de “O duque de Palmella”, “Augusto Comte e Stuart Mill”, “O melhor dos mundos”, “A doença da vontade num romance de Sienkiewicz” e “O feminismo no romance” que eram, no jornal, “Vida do duque de Palmella”, “Correspondência de dois filósofos”, “Um livro de horrores”, “Um romance de Sienkiewicz” e “Um romance feminista”, respectivamente.

Há um único caso em que diversos artigos foram fundidos num só texto: o ensaio “Tolstói”, que resultou dos artigos “Tolstói”, de 15 de janeiro de 1900, “O último romance de Tolstói”, de 22 de janeiro e “Ainda a ‘Ressurreição’ de Tolstói”, de 12 de março do mesmo ano, e que correspondem às três partes do ensaio, tal como está publicado no volume.

É claro que aquilo que, em primeiro lugar, e de um modo geral, chama a atenção na leitura desses textos é o fato de que, não obstante serem escritos sob a pressão da comum urgência jornalística, eles possuem um ritmo meditativo e uma tranquilidade de exposição nada comum

nessa espécie de escrito, sobretudo se comparados com o que ocorre em nossos dias de textos jornalísticos apenas informativos.

Nesse sentido, um dos traços marcantes dos diversos ensaios é que, sendo sempre motivados por obras específicas que deveriam, em princípio, ser resenhadas pelo crítico, eles quase nunca se esgotam no âmbito puro e simples da resenha, estabelecendo-se relações que de muito ultrapassam o objetivo mais imediato do artigo e de onde, quase sempre, resulta o interesse maior do texto.

É o caso, por exemplo, do primeiro ensaio do livro, aquele em que comenta o livro *Vida do duque de Palmella*, de Maria Amália Vaz de Carvalho, onde, a partir da biografia de D. Pedro de Souza e Holstein, depois conde, marquês e duque de Palmella, o seu texto se inicia pela lembrança de um outro estudo sobre o mesmo assunto, aquele em que o personagem biografado é percebido por Oliveira Martins nas páginas escritas pelo historiador português na análise do *Portugal contemporâneo*.

A partir daí, o ensaio de José Veríssimo assume duas vertentes que terminam por confluir: uma discussão do método utilizado pelo historiador português, em contraste com aquele adotado pela autora do livro em pauta, e, em resumo, a sua posição acerca do assunto tratado por ambos os autores.

Desse modo, desde o início de seu texto, o crítico busca caracterizar o modo de percepção de Oliveira Martins, terminando por apontar as limitações de seu método:

Oliveira Martins não é favorável a Palmella. Historiador a Carlyle e a Taine, a fantasia e a imaginação entram por muito no seu processo histórico, feito principalmente pela aplicação da psicologia à história. Essa aplicação encerra em si mesma um motivo de erro, é a necessidade para o historiador de tudo explicar no caráter, no temperamento, nos atos dos indivíduos históricos. Tarefa difícil entre todas é o conhecimento dos homens, e os psicólogos da história ou do romance são inconscientemente e de boa fé levados por essa mesma, freqüentemente quase insuperável dificuldade, a se facilitarem a sua tarefa simplificando a psicologia das suas personagens. A observação direta sendo impossível aos primeiros, como muitas vezes o é também aos segundos, são ambos obrigados a um trabalho de imaginação em que, por mais penetrante e imparcial que seja a sua observação indireta, feita no estudo dos documentos e dos atos, entra por muito o elemento subjetivo. [...] Daí principalmente a enorme discrepância que há entre os historiadores no juízo que fazem das personagens históricas e dos seus atos. A psicologia aplicada à história tem porém a vantagem de explicar tudo e de torná-la mais interessante. Se a torna mais exata e verdadeira é duvidoso.⁶

Para o crítico, o método de psicologia da história adotado por Oliveira Martins, além de contrariar o sentido de objetividade no estudo da história defendido por ele, termina por se articular com o que chama de *critério étnico* do historiador português (“O abuso ou mau emprego do

⁴ Cf. “A crítica em série”, in José Veríssimo, *Estudos de literatura brasileira. 1ª Série*, Belo Horizonte/São Paulo, Editora Itatiaia/EDUSP, 1976, pp. 9-33.

⁵ Cf. “Um romance mexicano”, in *Revista Brasileira*. Quinto ano, Tomo vigésimo, Rio de Janeiro, Sociedade Revista Brasileira, 1900, pp. 343-54.

⁶ Cf. José Veríssimo, *Homens e coisas estrangeiras. I (1899-1900)*, Rio de Janeiro/Paris, H. Garnier, Livreiro Editor, 1902, pp. 1-2.



critério étnico é um dos defeitos capitais da obra de Oliveira Martins”, diz Veríssimo⁷), na medida em que aquele entendia a origem italiana do duque como empecilho fundamental para uma compreensão adequada da vida portuguesa.

Ora, para José Veríssimo foi exatamente essa, por assim dizer, inadequação do personagem com relação a Portugal que possibilitou a ele ter se “empenhado na obra da modificação das suas instituições no sentido moderno, porque de fato, como o demonstra excelentemente o autor do Portugal contemporâneo, o povo português todo era pelo antigo regime contra o novo, por D. Miguel contra D. Pedro, pelo absolutismo contra o constitucionalismo”.⁸

Sendo assim, é mesmo notável como José Veríssimo, a partir da crítica que faz à posição antagônica assumida por Oliveira Martins com relação ao personagem, consegue argumentar de modo historicamente válido e complexo, ao mesmo tempo em que, voltando ao livro sob resenha, o de Maria Amália Vaz de Carvalho, consegue ajuizá-lo favoravelmente: o constitucionalismo português havia sido obra de uma minoria – aquela dos Mousinho, Saldanha, Silva Carvalho e Passos que se opuseram a D. Miguel e defenderam D. Pedro – e, como o Duque de Palmella, sem a compreensão de Portugal, como o acusava Oliveira Martins, termina por se opor à maioria miguelista, teria razão a autora da biografia, “mostrando – diz o crítico – como a transformação de Portugal era principalmente a consequência das idéias do tempo, e, poderia acrescentar, que a despeito da vontade do povo português, ela se havia de fazer, como com efeito se fez, mais dia menos dia”.⁹

Vê-se assim como o interesse maior do ensaio parece ultrapassar o objetivo imediato da resenha: o lastro de informação histórica do crítico lhe permite, sem grande alarde todavia, problematizar o método de psicologia da história, aliada a um *critério étnico*, tal como ele era praticada por Oliveira Martins, ao mesmo tempo que, aproveitando de elementos constantes do livro resenhado, termina por traçar um quadro mais amplo das injunções políticas, internas e externas, que, em grande parte, haveriam de explicar a atuação do personagem.

Isso sem deixar de fixar, sobretudo para o leitor brasileiro, o interesse que também teve para o Brasil o Duque de Palmella quando esteve no Rio, em 1820, como membro do ministério de D. João VI e uma espécie de seu conselheiro, muito próximo, portanto, de decisões que teriam repercussões importantes sobre o nosso movimento de independência.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁸ *Idem, ibidem*

⁹ *Idem, ibidem*, p. 5.

Diz José Veríssimo:

Na crise que atravessava a Monarquia, agravada pela irresolução e imbecilidade – no lídimo sentido português – de D. João VI, indeciso entre Portugal e o Brasil, os conselhos de Palmella parecem ter sido sempre que a dinastia se não deixasse assobrar pelos acontecimentos, antes tomasse a sua dianteira e direção. Palmella era um liberal, dinástico, conservador, aristocrata à inglesa. D. João, não querendo deixar o Brasil, Palmella queria que fosse para Portugal D. Pedro.¹⁰

É outro traço marcante dos diversos ensaios que constituem as três séries dessa obra: o modo pelo qual, embora tratando de *homens e coisas estrangeiras*, às vezes muito distanciados no tempo e lugar, o crítico sempre encontra uma maneira de trazer seus argumentos para espaços e tempos que repercutem aqueles de sua circunstância brasileira.

Os objetos, homens e coisas, podem ser *estrangeiros*, mas a crítica deles é diferencialmente brasileira.

Mas aquilo que, de fato, impressiona o leitor de hoje é, sem dúvida, a abrangência de autores e temas tratados pelo crítico, o que, certamente, teria exigido um enorme acúmulo de leituras e de demorada reflexão sobre elas.

Assim, nessa primeira série, não é só Anatole France, cujos três últimos romances publicados são lidos no segundo texto dessa primeira série, e lidos como matéria de uma larga reflexão sobre a sensibilidade social e histórica da época, que testemunha a atualização de leitura do crítico.

Logo em seguida, no terceiro ensaio, o leitor defronta-se com uma resenha da correspondência, até então inédita, e em sua tradução francesa, entre Stuart Mill e Augusto Comte, em que é tal a profusão de elementos extraídos pelo crítico como caracterizadores do pensamento de um e de outro, sem deixar de lado aspectos de ordem pessoal que dão sal e sabor ao texto, que o leitor brasileiro de então, numa época em que era fortíssima a presença da doutrina de Comte, ali encontrava matéria para um debate intelectual mais amplo sobre temas então de grande atualidade, como, por exemplo, as posições assumidas, quer pelo francês quer pelo inglês, com respeito à questão da mulher na sociedade do século XIX e depois.

É claro que a presença da cultura européia, sobretudo a francesa, e nem sempre a de primeira ordem, é dominante nesses textos de José Veríssimo.

Se, por um lado, o leitor encontra o crítico tratando de autores hoje inteiramente esquecidos, como os franceses Octave Mirbeau, Eugénie de Guérin ou Marcel Prévost, ou os portugueses Cláudia de Campos ou João de Castro, ou mesmo o polonês Sienkiewicz, cujos romances eram lidos pelo crítico em suas versões para o inglês (caso do famoso e muito

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 12.

lido *Quo Vadis?*) e para o italiano (caso do desconhecido *Oltre il mistero*, na tradução italiana lida pelo crítico), por outro, entretanto, ressalta a importância, sobretudo para o momento em que escrevia, de alguns temas, como o caso Dreyfus, assunto do livro de Bérenger resenhado por ele, ou o feminismo no romance do mencionado Marcel Prévost, ou ainda o que chama de *doença da vontade*, que não é senão o sentimento de alienação que se agudizou no fim do século, tal como ele o discute no segundo romance de Sienkiewicz mencionado.

Oito ensaios, no entanto, são dedicados a figuras marcantes da literatura e da cultura europeia: as relações que estabelece entre Chateaubriand e Napoleão, a síntese certeira que realiza de Zola ao ler as suas últimas obras, as relações entre poesia e filosofia a partir de uma leitura de Victor Hugo, a desmontagem completa das poses farsescas de d'Annunzio e, sobretudo, e a meu ver o ponto mais alto dessa primeira série de *Homens e coisas estrangeiras*, os três textos em que discute os valores sociais e morais, e não só da literatura, ao comentar obras de Tolstói, Ruskin e Kropotkin.

Bastaria a leitura desses três ensaios para se ter uma retificação vigorosa daquela nomeada de crítico nefelibata de que foi vítima José Veríssimo, sobretudo a partir de uma leitura parcial daquela afirmação, que está feita de modo explícito na introdução que escreveu para a *História*, em que define a literatura como arte literária.

Na verdade, os três autores lidos são por ele exaltados exatamente por assumirem uma perspectiva acerca da literatura, da arte e da vida em que os elementos de ordem estética são articulados e viabilizados por uma intensa preocupação moral e social. Ou, por outra, por um viés moral que encontra o seu fundamento e, por assim dizer, sua prática, numa definição de compromisso social.

Desse modo, no texto sobre Tolstói, sobretudo aquele posterior ao ensaio “Que é a arte?”, buscando localizar a obra do grande romancista no contexto geral da literatura russa, escreve o crítico:

Dois elementos morais completavam a distinção da ficção russa em meio do romance ocidental, o trágico, ainda forte na sociedade bárbara que ela representava, e o místico, ainda tão vivo na alma eslava. E na obra dos escritores, como na sua alma e na do povo por eles descrito, esses sentimentos se casavam íntima e fundamente. Era essa obra tão viva e sincera que seu efeito não foi só moral ou intelectual, mas prático, e o romance russo, de Gogol para cá, teve uma poderosa influência na nova constituição espiritual e política do grande império eslavo. A falta de uma tradição literária e filosófica e as ardentes aspirações de melhorias sociais na Rússia explicam a sua facilidade de recepção e aceitação de todas as correntes espirituais que lhe pareçam satisfazer essas aspirações. Sabe-se como as teorias de Darwin, de Spencer, de Lassale, de Marx e as modernas doutrinas filosóficas, econômicas e sociais agiram poderosamente na consciência russa contemporânea, e não só de uma maneira teórica e especulativa, mas praticamente, criando o proselitismo político e revolucionário.¹¹

¹¹ *Idem, ibidem*, p. 225.

Da mesma maneira, no ensaio sobre Ruskin, publicado dez dias depois do falecimento do escritor inglês, o que mais o comove é a atividade do escritor em propagar a sua utopia estética, fazendo de sua vida uma incessante tarefa de difusão do gosto pela arte e pela cultura artística, sobretudo visando as classes menos favorecidas da sociedade inglesa, quando cria, como refere José Veríssimo, “em plena Inglaterra a colônia comunista Saint George’s Guild, e ressuscita em várias partes do país as indústrias da escultura de madeira, da fiação e da tecelagem à mão, numa guerra contra a máquina que mata a arte, destrói a iniciativa do artífice e deixa sem trabalho o operário”.¹²

Sendo assim, aquilo que mais o encanta em Ruskin é precisamente a ação social decorrente de toda uma concepção da arte e da sociedade que termina por se configurar numa utopia e esse é o maior elogio que lhe faz o crítico na últimas linhas de seu ensaio:

A utopia ruskiniana não se realizará talvez nunca; mas uma utopia é, como disse Victor Hugo, um berço, isto é, um assento de vida. A que já saiu da obra de Ruskin é considerável e bela; porções do seu sonho, de Beleza e de Ventura, se não de esvaecer e perder, outras, porém, não de vingar, florescer e frutificar. Em todo o caso, a contemplação da obra de Ruskin é um belo espetáculo, e o Mestre ensinou que *a thing of beauty is a joy for ever*.¹³

Mas é nos comentários que faz à obra de Kropotkin, as suas memórias de revolucionário, que o crítico lê em tradução inglesa, em dois volumes, publicados em Londres em 1899, traçando-lhe um belo e preciso retrato, que José Veríssimo revela, de modo cabal, o seu interesse precípuo por obras, como a do revolucionário russo, que somente morrerá nos anos 20 do século XX, em que a paixão pela cultura e pela arte, passada pela ação anarquista, como é o caso, se traduz na tarefa modificadora das condições sociais opressoras da liberdade e, por consequência, da criação espiritual.

Desse modo, pode José Veríssimo terminar o seu texto subscrevendo aquilo que o crítico dinamarquês Georges Brandes, um de seus mestres incontestáveis de crítica, escreveu sobre Kropotkin ao afirmar que “a vida fez dele uma das pedras angulares do edifício do futuro”.¹⁴

O que a leitura desses três textos sobretudo revela, ainda mais quando comparados com a indigência crítica que se percebe na leitura que o crítico faz dos dois autores portugueses de ficção antes mencionados, é aquilo que me parece ser a grande questão que toda a sua obra propõe, isto é, a dificuldade em fazer passar para a análise das obras de criação literária a mesma largueza de ponto de vista que assume na leitura das

¹² *Idem, ibidem*, p. 265.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 267.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 293.



obras de não-ficção, o que certamente decorre do entranhado conceito da arte como representação de sua herança naturalista.¹⁵

Mas não é só de assuntos vinculados à presença da cultura europeia que são feitos os ensaios: em cinco textos, são abordados temas referentes à cultura e à literatura do continente americano, sendo que, em dois, são resenhadas e discutidas obras de ficção latino-americanas, isto é, o já referido *Um romance mexicano* e *Um romance uruguaio*.

Os outros três tratam dos Estados Unidos e, como não poderia deixar de ser, de suas relações com os países latino-americanos: seja ao resenhar as idéias de um publicista norte-americano acerca das relações entre a literatura norte-americana e a própria nacionalidade, publicadas em revista, seja ao tratar do livro de Oliveira Lima sobre os Estados Unidos que, ao crítico, parece excessivamente apologético e mesmo equivocado, sobretudo ao tratar da questão racial naquele país, seja ao comentar dois livros de autores hispano-americanos, um deles o famosíssimo *Ariel*, do uruguaio Rodó, em que a ameaça da imposição de valores norte-americanos parece seguir a preponderância política e econômica, obrigando os autores a uma escrita de convocação da juventude para a defesa dos valores autóctones.

Aqui, mais uma vez, não era um estrepante em tais assuntos, pois, no último capítulo de sua obra *A educação nacional*, intitulado “Brasil e Estados Unidos”, cuja primeira edição, como foi dito, é de 1890, já tratara dos Estados Unidos em comparação com o Brasil, tendo mesmo precedência em relação a algumas afirmações de Rodó ao, não obstante saber da grandeza do país norte-americano, considerar os perigos que representaria, para o Brasil e para toda América Latina, uma imitação canhestra de suas conquistas, chegando àquela frase, que também está no *Ariel* uruguaio, isto é, “essa civilização sobretudo material, comercial, arrogante e reclamista, não a nego grande; admiro-a, mas não a estimo”.¹⁶

No entanto, se impressiona a lógica dos argumentos para abordar as relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos, sabendo sempre utilizar de um certo ceticismo quanto às intenções já imperialistas da política norte-americana, o que levou o crítico Astrojildo Pereira, escrevendo sobre ensaio acerca de obras do mesmo Oliveira Lima e de Arthur Orlando reunidos na terceira série de *Homens e coisas estran-*

geiras, a falar em *José Veríssimo sem ilusão americana*,¹⁷ também impressiona a pobreza de análise, certamente decorrente daquele impasse já referido, ao ler as duas obras de ficção, os romances mexicano e uruguaio, com que, nessa primeira série de *Homens e coisas estrangeiras*, completa a sua vertente latino-americana.¹⁸

III

Os nove primeiros ensaios da segunda série de *Homens e coisas estrangeiras*, de 1905, foram publicados no *Jornal do Comércio*, entre 6 de fevereiro e 29 de julho de 1901, e os dez últimos, a começar por “A gente da língua inglesa”, saíram, pela primeira vez, no *Correio da Manhã*, entre 3 de março e 22 de dezembro de 1902.

Por outro lado, assim como ocorrera com os textos incluídos na primeira série, as únicas alterações registradas na passagem do jornal para o livro são de títulos: “Os escritores franceses à outra luz” passou a ser “Os escritores franceses vistos de fora” e “A vida complicada e a vida simples” recebeu o nome de “A cidade e o campo”.

Creio que o traço identificador mais forte dessa segunda série está na presença dominante daqueles textos que tratam da história: seja a história antiga, como em “O fim do paganismo”, “Petrônio” e “Quem incendiou Roma?”, seja a história moderna, como em “Cromwell”, “A literatura contra a guerra” e “Um romance da história”, ou mesmo a história latino-americana, como em “Um retrato de Rosas”.

E o que chama a atenção nesses textos é, por um lado, a segurança da informação do crítico, dominando amplamente a bibliografia existente sobre cada tema tratado, e, por outro, aquele mecanismo, já referido, de trazer para a sua circunstância brasileira alguns dos elementos extraídos da experiência histórica com *Homens e coisas estrangeiras*.

Estão, no primeiro caso, sobretudo os ensaios referentes à história antiga, seja ao tratar, no primeiro texto, das passagens entre o helenismo e o cristianismo, tais como foram percebidas pelo imperador Juliano, recriado em romance que é lido por José Veríssimo, por onde o crítico dá exemplo de vasto conhecimento da cultura clássica, seja no eruditíssimo trabalho acerca de Petrônio, no segundo texto, que chega a surpreender não apenas pela massa de informações históricas e biográficas ali reveladas, mas pelo sentido de discriminação crítica e filológica capaz de qualificar o crítico brasileiro como um legítimo historiador da cultura clássica.

Para isso, é só atentar para o cuidado com que discute os dois possíveis Petrônios: o autor do *Satiricon* e o da lenda, sabendo ler os testemunhos históricos de Tácito, Plutarco e Plínio, sem descurar da

¹⁵ Anteriormente, tratei mais detidamente deste aspecto em *A tradição do impasse. Linguagem da crítica & crítica da linguagem em José Veríssimo*, São Paulo, Editora Ática, 1974.

¹⁶ Cf. *A educação nacional*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1906, p. 177. A frase de Rodó aparece no seguinte trecho de *Ariel*, ao se referir aos Estados Unidos: “Su grandeza titânica se impone así, aun a los más prevenidos por las enormes desproporcionones de su carácter o por las violencias recientes de su historia. Y por mi parte, ya veis que, aunque no les amo, les admiro (Cf. José Enrique, Rodó, *Obras completas*, Editadas con introducción, prólogo y notas por Emir Rodríguez-Monegal. 2ª. ed., Madrid, Aguilar, 1967, p. 235).

¹⁷ Cf. Astrojildo Pereira, *Crítica impura: autores e problemas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, pp. 82-88.

¹⁸ Sobre essa vertente do crítico, ver João Alexandre Barbosa, “Duas vertentes de José Veríssimo”, in *Entre livros*, São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.

crítica francesa sua contemporânea, matéria principal de seu texto, tal como ela se revela em trabalhos de Guerle, Renan, Duruy, Pierron e Boissier, sem mesmo deixar de mencionar o artigo sobre Petronônio da edição da *Enciclopédia Britânica* a que tinha acesso.

Acrescente-se, à margem, que tais temas de história antiga eram assuntos muito comumente abordados na imprensa da época, sobretudo como demonstrações mais ou menos provincianas de erudição escolar e, sem dúvida, embora os dois textos mencionados do crítico ultrapassem em muito esse paradigma, o terceiro texto, “Quem incendiou Roma?”, não consegue dele fugir, o que se revela até mesmo a partir de seu título.

Por isso mesmo, para o leitor de hoje, os temas abordados nos ensaios de história moderna têm um maior interesse e, embora sejam pensados e escritos em torno de biografias – casos de Cromwell e Rosas – ou como expressão de um pacifismo que a própria evolução histórica posterior encarregou-se de desatualizar, como no caso da leitura que faz de dois romances franceses que recriam a guerra franco-alemã de 1871, *Le calvaire*, de Octave Mirbeau, e *Les tronçons du glaive*, de Paul e Victor Margueritte, o modo pelo qual o crítico seleciona aspectos das obras lidas para expressar relações com a sociedade brasileira em que existia re-atualizam os seus temas e, por aí, incitam o maior interesse. *Um romance da história* é um caso à parte e a ele voltaremos.

Assim, por exemplo, no caso do ensaio “Cromwell”, o eixo da reflexão de José Veríssimo se constrói em sua clara oposição, por um lado, ao individualismo como explicação dos fatos históricos e, portanto, a defesa dos processos sociais, e, por outro, e em decorrência da primeira, ao autoritarismo como estratégia individual, muitas vezes camuflada, de salvação nacional. Daí a crítica que faz ao chamado protetorado de Cromwell, terminando por sugerir equivalências que ultrapassam a história inglesa. Diz José Veríssimo:

O protetorado não foi [...] um sistema, mas apenas um expediente transitório de supremacia individual. Com a morte de Cromwell mais uma vez se viu na história o que valem os chamados “governos fortes”. O seu resultado, às mais das vezes, é a falência das nações que os sofrem. Na nossa América superabundam os salvadores da pátria, os consolidadores da República, os restauradores da ordem; mas quando se lhes dá balanço ao espólio, fica-se em dúvida se o devemos aceitar senão a benefício de inventário. Não houve talvez nunca governo mais forte que o de Cromwell. Mas como todos os governos de forma ditatorial ou cesarista, que dependem da capacidade e da vida de um homem, a sua força, o seu resultado imediato, a sua eficiência acabou com o poderoso sujeito que o exercia.¹⁹

É essa oposição forte ao culto do herói e da personalidade que é, sem dúvida, uma constante dos ensaios de José Veríssimo sobre temas históricos e políticos, e que o leva a restrições constantes à admiração,

¹⁹ Cf. José Veríssimo, *Homens e coisas estrangeiras. Segunda série (1901-1902)*, Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, 1905, p. 66.

generalizada em seu tempo, pela personalidade e pela política de Napoleão, agravando a sua sempre declarada antipatia pelo método histórico de um Carlyle, por exemplo, que, de certa forma, explica, por um lado, a sua irredutível tendência ao anarquismo, e, por outro, a sua intransigente defesa do pacifismo e das utopias sociais de um Ruskin, de um Tolstói ou de um Kropotkin. O que também concorre para as suas contraditórias aproximações a Nietzsche, como, mais adiante, se vai ver nos dois textos sobre o filósofo alemão que fazem parte da terceira série de *Homens e coisas estrangeiras*.

É de igual teor, mas agora aplicável à própria história política da América Latina, a leitura que faz de um dos números dos *Anales de la Biblioteca de Buenos Aires*, publicado pelo então diretor da Biblioteca, o escritor Paul Groussac, detendo-se em texto escrito por ele: uma *Notícia biográfica* acerca de Diego Alcorta, que foi deputado e professor de ideologia na Universidade de Buenos Aires nos anos 30 do século XIX, vivendo a agitada história argentina do governo Rivadavia e da ditadura de Rosas. Do escrito de Groussac, José Veríssimo privilegia o perfil do famoso caudilho e ditador, traçado por ele, e sua inserção no momento histórico e político argentino.

Na verdade, através da biografia do obscuro deputado e professor, o que pretende Paul Groussac é voltar-se contra aqueles que defendem uma história revisionista que, sobretudo alicerçada em bases deterministas, pretende uma reabilitação de Rosas, não obstante, como diz José Veríssimo, a sua condenação “pela tradição e pela história”.²⁰

A veemência com que Groussac se volta contra a tendência revisionista, enumerando em detalhes os crimes cometidos pelo ditador e enfatizando o império da impunidade sustentado pelos caprichos da glorificação pessoal, é vivamente compartilhada pelo crítico brasileiro que, no final de seu texto, é levado a lembrar a própria experiência brasileira (leia-se: a do florianismo então recente). Diz José Veríssimo:

Nós brasileiros desgraçadamente podemos hoje compreender e apreciar o que há de profunda verdade neste admirável retrato daquele que foi talvez o protótipo do tirano da América. Também já o tivemos; e o “salvador da pátria” não é mais para nós uma entidade estrangeira. E à sinistra galeria dos Francias, dos Lopez, dos Rosas, e de dezenas de outros, podemos juntar um nome que, como aqueles, acha também glorificadores.²¹

²⁰ O texto de José Veríssimo que inclui a frase mencionada é o seguinte: “Por influência e a exemplo de certos eruditos alemães, e também das doutrinas do culto dos chamados grandes homens, pregadas por Carlyle, Emerson, Nietzsche e menores, seus discípulos ou simples macaqueadores, e da sociolatria positivista, foi moda, que ainda não passou de todo, a revisão de alguns processos e juízos históricos, menos com o fim de apurar a verdade, fosse ela qual fosse, mas de exculpar e reabilitar memórias e nomes infamados pela tradição e pela história. Também os miseráveis tiranos da América, caudilhos sem capacidade nem coração, raça de bandidos políticos, tiveram os seus advogados” (*Idem, ibidem*, p. 217).

²¹ *Idem, ibidem*, p. 220.



Anteriormente foi dito que o ensaio “Um romance da história” seria um caso à parte. Qualifiquemos melhor a afirmação.

Na verdade, esse texto de José Veríssimo, em que lê dois livros de Frantz Funck-Brentano, *L'affaire du collier* e *La mort de la Reine (les suites de l'affaire du collier)*, é bastante instigador, e por dois motivos: em primeiro lugar, por acentuar a importância, para a história, de enredos, em que são protagonistas personagens secundários da mesma história, e que terminam por envolver, em sua trama, personagens principais e, em segundo lugar, e como decorrência, pelo apreço demonstrado pelo crítico por aquilo que um dia já se chamou de *petite histoire* e que hoje, na trilha de um Carlo Ginzburg, por exemplo, se chama de *micro-história*, sem deixar de lado, está claro, as subjacentes e complexas relações entre história e literatura que o caso vai propondo à reflexão do crítico e ao leitor de seu texto. E o caso é aquele, para usar as palavras de José Veríssimo, “que para o fim do século XVIII envolveu em um processo de gatunice e em uma infamante intriga amorosa o nome da rainha de França, a desventurada Maria Antonieta”.²²

Lembrando-lhe a matéria de que é feita os romances de Alexandre Dumas, que eram lidos “nos bons tempos em que o Atlas Delamarche ou o Magnum Lexicon serviam de anteparo e disfarce às leituras proibidas”,²³ José Veríssimo propõe, desde o início de seu texto, uma reflexão sobre aquelas relações entre história e literatura:

A história tem os seus romances, e às vezes mais curiosos e comoventes que os dos mais interessantes romancistas. O caso do colar que uns ricos joalheiros, por intermédio de uma intrigante de grande marca, julgaram ter vendido àquela rainha, e que um príncipe, o cardeal de Rohan, acreditando ingenuamente corresponder a um capricho real, pagou pela extraordinária soma de quase mil contos, é um desses e dos mais singulares e atraentes. Estou certo que contado com todo o rigor de um fato histórico, de que cada circunstância é comprovada com documentos e autoridades, ele é mais interessante no livro do Sr. Brentano que no romance do velho Dumas.²⁴

De fato, mesmo sem ter lido os livros resenhados pelo crítico, como é o meu caso, é possível, graças a seu modo de organização dos acontecimentos narrados, sentir a importância do *fait divers*, como ele próprio o chama, para completar a leitura da história mais ampla da política e de seus agentes, sem desprezar a intensidade com que a imaginação literária preenche as lacunas deixadas pela pesquisa, ainda a mais acurada, dos testemunhos e documentos. Entre a ficção possível e a história cria-se, para o leitor, uma tal solidariedade que a verdade factual nesta presumida é intensificada pela verossimilhança que se vai identificando naquela.

²² *Idem, ibidem*, p. 161.

²³ *Idem, ibidem*, p. 162.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 162-63.

Mas não se chega, por isso mesmo, à importância da micro-história sem o conhecimento da história e o ensaio de José Veríssimo o confirma.

A sua familiaridade com a história francesa é de tal magnitude que os personagens envolvidos no caso do colar são dados ao leitor de seu ensaio em sua unidade, isto é, quer como personagens históricos quer como figuras ficcionalizadas pela matéria romanesca que, sem dúvida, existe no caso. A protagonista, a rainha Maria Antonieta, é, desse modo, vivificada historicamente na medida mesmo em que a trama que a envolveu não só possui substrato factual, mas se revela ao leitor do texto do crítico como possível antecipadora da Revolução, ou, como está em frase de Mirabeau, transcrita pelo crítico, “o processo do colar foi o prelúdio da Revolução”.²⁵ Ou, em texto do próprio José Veríssimo:

O caso do colar não é uma simples anedota; é um fato, um *fait divers* da corte de Luiz XVI, que, rodeado das circunstâncias mais romanescas, mostra, melhor que dissertações e documentos, os vícios e falhas da realeza nas vésperas da Revolução, e serve também para compreendermos a relativa facilidade com que cedeu ao impulso popular essa instituição, quatorze vezes secular.²⁶

Vê-se, assim, como, não obstante toda a sua formação positivista e de corte tradicional nos estudos históricos, em que, como aliás já foi dito, sobressai o apego à objetividade dos fatos e documentos, José Veríssimo, por esses anos, já flexibilizava, talvez mesmo por força de sua já longa experiência literária, a sua noção da história, da Grande História, pela inclusão da pequena, como elemento de complementação importante. Mas era uma inclusão, deve-se acentuar, que vinha acoplada a um extenso conhecimento daquela, sem o que, é de ver, a última haveria de se perder na anotação à margem da anedota ocasional, e de que ele dá provas nesse ensaio.

Dá a singularidade do texto e o que se queria dizer quando se falava de um caso à parte: uma espécie de exercício de metodologia prática da história.

Mas essa segunda série de *Homens e coisa estrangeiras* não se resume aos ensaios mais especificamente de ordem histórica.

Desse modo, cinco textos tratam de autores que já compareciam na primeira série. Chateaubriand, Tolstói, Eça de Queirós, Zola e Anatole France, quatro outros são incluídos pela primeira vez, Pérez Galdós, Maeterlinck, Alexandre Dumas e Max Nordeau, um texto tem por tema questões gerais, caso de *A gente de língua inglesa* e dois outros abordam escritores portugueses, um romancista, Malheiro Dias, e um poeta, Corrêa de Oliveira.

Na verdade, não há grande novidade nas aproximações do crítico àqueles autores já antes considerados na primeira série, com exceção de

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 163.

²⁶ *Idem, ibidem*.



seu texto sobre Eça de Queirós, embora aqui e ali existam observações que completam as relações do crítico com aqueles autores.

Assim, por exemplo, ao considerar a publicação do último volume da reedição, pela Garnier, das *Mémoires d'outre-tombe*, de Chateaubriand, organizada por Edmond Biré, José Veríssimo centra-se naquela imagem de pacificador de reis e príncipes que o grande rebelde romântico se criara para si mesmo, assumindo posturas liberais que não chegavam a contrariar o seu mais íntimo conservadorismo, assim como, e isto é dito pelo crítico, o seu catolicismo de imaginação, e não de sentimento, mal se acomodava à ortodoxia da Igreja, tudo projetando aquela aura de grandiloquência por onde era difícil sustentar o desejo e a imagem de simplicidade idílica de que o escritor se queria porta-voz. E os parágrafos finais do ensaio de José Veríssimo buscam acentuar tais contradições:

[...] não morreu de todo no seu túmulo do Grand-Bé, solitário e espetaculoso na sua rebuscada simplicidade, o grande escritor. Sem ser verdadeiramente um pensador, Chateaubriand soube revestir o seu pensamento de tal prestígio de forma que ele continua a comover-nos e a perturbar-nos. Poeta extraordinário, ele viu no passado e no futuro aspectos cuja realidade ainda hoje nos impressiona, e os descreveu numa língua a cujos encantos não sabemos de todo resistir. E, ao cabo, não obstante os seus defeitos – e quem já houve sem eles? – em Chateaubriand o homem é grande, apenas menor talvez que o escritor.²⁷

Da mesma forma, o ensaio sobre Tolstói, lendo alguns textos do escritor russo que lhe serviam como veículos de doutrina e de proselitismo, na verdade um Tolstói menor como escritor que buscava conciliar uma espécie de cristianismo primitivo (e do catolicismo oficial ele já havia, por essa época, sido excomungado) com a suas ações sociais que se aproximavam de um anarquismo que, de certa maneira, requestravam traços seculares da tradição russa, nada acrescenta àquele, mais completo e menos hagiológico, incluído na primeira série, servindo apenas, talvez, para marcar a preferência do crítico por escritos, para não dizer literatura, de claros compromissos sociais.

Nesse sentido, é ainda mais explícito o ensaio sobre Zola, publicado apenas um mês depois da morte trágica (o crítico fala em *morte inopinada*) do escritor.

Sendo, como é, uma nota necrológica e, por isso, assumindo um tom de resumo e conclusão, o texto de José Veríssimo, sobretudo em seu final, não deixa de assumir uma posição de defesa das idéias do grande escritor, principalmente o viés social, ou mesmo socialista, como está no texto do crítico:

Se eu me empenhasse em definir o gênio de Zola, creio que me aterei à fórmula, um moderno, um positivista, no sentido geral desta expressão, que, sem nenhuma crença no sobrenatural, nem nas potências consagradas deste mundo, não

espera nada senão da ciência e do esforço humano, emancipado de todo o preconceito social ou religioso. Um personagem de Roma faz do Manual do Bacharelado uma espécie de Bíblia do futuro. Não faltaram críticos que metessem Zola à bulha pela idéia. Não era, entretanto, difícil ver nisso um símbolo, o fácil símbolo da Ciência, regeneradora da vida. Foi esta a crença viva, forte, impertérrita, ingênua, pode dizer-se, de Zola. A ela misturou-se uma sentida piedade humana, nascida talvez mais do contacto dos miseráveis que ele estudou, que só da influência socialista – na mais larga acepção desta palavra – que nos últimos anos influuiu nele. Não há dúvida que neste momento todos os grandes artistas e escritores, por todo o mundo, são socialistas. Todos eles voltam-se para os interesses sociais, representados pelos miseráveis e sofredores, pelo enorme proletariado, vítima dos regimes burgueses. Nunca a arte mostrou um caráter tão social como hoje, e a sua tendência, tudo o anuncia, é fazer-se cada vez mais social – ao menos onde ela vale alguma coisa, onde não é uma simples macaqueação desvaliosa, mas procede da própria alma nacional.²⁸

Quanto ao ensaio sobre Eça de Queirós, autor sobre quem escrevera, na primeira série de *Homens e coisa estrangeiras*, um texto que ficava entre a necrologia e a rememoração de seu primeiro encontro com o escritor português, encontro cuja maior curiosidade é se ter dado no famoso sarau da Trindade, poucos anos depois recriado por Eça de Queirós numa das mais célebres passagens d'*Os Maias*, é, na verdade, o único texto do crítico a tratar de obra específica de Eça de Queirós, no caso *A cidade e as serras*, cuja primeira edição, póstuma, é de 1901.

Sem chegar a problematizar a relação das duas últimas do escritor – esta agora lida e a anterior *A ilustre casa de Ramires* – com o conjunto de romances escritos por ele, o que, talvez, o poderia ter levado a uma percepção mais justa e larga da obra criticada, como levou, por exemplo, Antonio Candido em sua precisa e magistral síntese da obra queirosiana em ensaio de título muito semelhante ao de José Veríssimo,²⁹ o crítico soube fixar a dualidade que está no título de seu ensaio, “A cidade e o campo”, ou, mais ainda, naquele com que foi publicado originalmente no jornal, “A vida complicada e a vida simples”, como elemento capaz de melhor explicar as tensões existentes na obra de Eça de Queirós, sobretudo aquelas que dele faziam um escritor cujo sentimento íntimo da nacionalidade (para adaptar uma famosa expressão machadiana) resistia às injunções de uma existência vivida longe do próprio país. É o que está no seguinte trecho do ensaio:

O que faz que a obra de Eça de Queirós, ainda quando reflete a influência e até aspectos de obras exóticas, conserve a sua superioridade, e seja ainda assim original, mesmo de uma forte originalidade, é o espírito, o sentimento português que a anima. Eça de Queirós, como com bem mau gosto lhe exprobaram, não era talvez um patriota, no sentido político, estreito e freqüentemente imoral da expressão; não era como Tomás Ribeiro, Pinheiro Chagas, Bulhão Pato e agora o

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 275.

²⁹ Refiro-me ao texto do autor “Entre campo e cidade”, in *Tese e antítese. Ensaio*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, pp. 31-56.

²⁷ *Idem, ibidem*, p. 116-17.



Sr. Fialho de Almeida, um profissional dessa virtude; mas nenhum escrito português teve mais que ele o íntimo, o profundo, o intenso sentimento do seu torrão natal, em nenhum refletiu com mais vigor e relevo a terra portuguesa nos seus variados aspectos e a alma portuguesa nas suas diversas feições. Este amoroso do exotismo, este fino e nervoso artista que sufocava talvez no acanhado e postiço meio nacional, que viveu e escreveu por terras alheias e de alta e refinada cultura, não perdeu jamais este doce sentimento, e a nostalgia, que é uma idiosincrasia nacional, obrando nele, pôs na sua obra dos últimos anos a nota melancólica, a saudade que se revela já nas páginas da Ilustre casa de Ramires e é o próprio fundo deste livro, A cidade e as serras.³⁰

Precedida por considerações, ainda muito atuais, sobre a questão da novidade e a reatualização dos temas literários, a leitura de José Veríssimo, sobretudo se pensada no momento e circunstância em que foi feita, aponta, por certo, para uma futura reavaliação da obra de Eça de Queirós, tal como ela foi empreendida quase meio século depois, por ocasião dos centenário de nascimento do escritor, sobretudo no que diz respeito à recepção de sua obra sem os preconceitos patriotas de que foi vítima e com a necessária compreensão de seu substrato irônico e satírico.

Deixando-se de lado o texto sobre Anatole France, simples, embora curiosa, paráfrase que faz de um conto do autor francês, aquele em que narra episódio ocorrido com a figura histórica de Pôncio Pilatos depois da crucificação, quando não se recorda de um certo Jesus de Nazaré, os demais ensaios, em que aborda autores que comparecem pela primeira vez entre *Homens e coisas estrangeiras* consideradas pelo crítico, oferecem interesse variado.

Assim, por exemplo, o ensaio sobre Galdós, que trata especificamente de um drama do escritor, *Electra*, ao mesmo tempo que dá notícia de “graves perturbações da ordem pública, motins e arruaças, vias de fato, ataques a clérigos e a estabelecimentos e instituições religiosas, tudo provocado pela representação – e depois pelas representações – de um drama de um escritor indígena”,³¹ o que leva José Veríssimo a meditar sobre a poderosa influência de que são capazes as obras de imaginação se encontram um meio favorável para a sua intensificação, serve ao crítico de ocasião para, mais uma vez, enfatizar a sua oposição aos fanatismos de qualquer espécie, e sobretudo, como é o caso, daqueles de ordem religiosa.

Desse modo, é com palavras duras e mesmo desabridas que o crítico fustiga o catolicismo de extração hispânica:

O catolicismo é o velho e duro, e ao cabo odiado, tirano das populações espanholas. Mudaram ali os regimes, liberais, conservadores, reacionários, militares, teocráticos, monárquicos, republicanos, absolutistas, constitucionais, mas permaneceu intangível o clericalismo soez ou cruel, hipócrita ou desfaçado, galã e cortesão, ou lóbrego e sórdido, sabedor ou ignaro, dominando a escola, a choupana, o palácio,

o campo e a cidade, sotopondo a sua autoridade, o seu prestígio, não só à da autoridade civil, mas à da mesma Igreja, servindo-a segundo um programa e um ideal seus, profundamente católico, mas estreitamente nacional, da nação dos Felipes e da Inquisição.³¹

E se os textos sobre Maeterlinck, singela resenha de idéias possíveis a serem extraídas da poesia do autor, mas não idéias na poesia, que só assim poderia ter interesse maior, e aquele sobre Alexandre Dumas têm apenas a comoção e a coragem de ser um tributo a escritor cuja popularidade era, no momento do crítico, vista sob suspeita pela crítica enfatuada, já o ensaio sobre Max Nordau, sobre o livro *Vus de dehors*, publicado em 1903, é relevante por deixar transparecer, sobretudo em suas páginas finais, o preconceito, por assim dizer, naturalista, próprio de sua formação intelectual, e de que nunca inteiramente conseguiu livrar-se o crítico, conforme já foi assinalado.

De fato, seguindo de perto, infelizmente de bem perto, o tresloucado e confuso autor do famoso *Degenerescência*, José Veríssimo reforça aquele mencionado preconceito ao subscrever as palavras do crítico franco-alemão, em trecho de grande incompreensão crítica e, o que talvez ainda seja pior, de completo desacerto histórico-literário, ao escrever:

Se há na história literária contemporânea um caso típico de *humbug*, de mistificação, consciente ou inconsciente, de uns e de esnobismo e *paspallúce* de outros, é de Stéphane Mallarmé. Aliás o caso é mais fácil de compreender e explicar pela crítica do que o homem que lhe deu motivo. Esse eu nunca o entendi, e rio comigo dos que pretendem tê-lo entendido. O sr. Nordau consagra-lhe páginas decisivas, certamente das melhores, mais bem pensadas e mais justas de seu livro. É curioso que aqueles “cuja mocidade não os protege contra o amolecimento cerebral”, como diz duramente na sua linguagem de clínico o sr. Nordau, depois do místico, popular e claro Verlaine, tenham escolhido para seu príncipe o nebuloso, o oco, o vago Mallarmé, e morto este – e morto para sempre, podem crer – entregassem o cetro ao sr. Leão Dierx, um puro parnasiano.³¹

Apesar de tudo, no entanto, esse texto de José Veríssimo tem a utilidade de poder explicar, mais uma vez, aquela defasagem existente entre os seus ensaios críticos, mesmo aqueles reunidos nessas séries de *Homens e coisas estrangeiras* e que melhor se revela quando o crítico pretende analisar obras de ficção em prosa ou de poesia de autores novos seus contemporâneos. É o que vai acontecer em seus *Estudos de literatura brasileira* ou mesmo na *História da literatura brasileira* ao tratar do movimento simbolista ou aqui, nessa segunda série, quando não passa de comentários canhestros ao ler os dois autores portugueses já mencionados nos ensaios “Novo romancista português” e “Um moderno trovador português”.

³⁰ *Op. cit.*, p. 154-55.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 69.

³² *Idem, ibidem*, p. 84.

³³ *Idem, ibidem*, p. 335.



Já o último texto a considerar, “A gente de língua inglesa”, insistindo, a partir de comentários a artigo publicado em revista norte-americana, sobre o indistinto desejo de expansão e de consolidação, para isso, de uma comunidade muito viva dos países de língua inglesa, o crítico sabe ver a significação de tal desejo agora não apenas para os países latino-americanos, mas para o mundo, na medida em que ele implica desenvolvimentos políticos de estratégias imperialistas e colonizadoras. Mas esse tema será, de certa forma, dominante naqueles textos sobre a América Latina que serão mais numerosos na terceira e última série de *Homens e coisas estrangeiras*.

IV

Nesta terceira série da obra, publicada em 1910, os dois textos iniciais, “Miguel de Cervantes e ‘D. Quixote’” e “Bocage”, foram publicados, respectivamente, nas revistas *Renascença*, de junho de 1905, e *Kosmos*, de dezembro do mesmo ano, e todos os demais no *Jornal do Comércio*, entre fevereiro de 1907 e março de 1908. Aqui também, como ocorrera nas séries anteriores, as mudanças, na passagem do jornal ao livro, foram de títulos: os ensaios “Letras argentinas”, “Formação da Alemanha atual”, “Aspectos da moderna evolução alemã”, “Literatura latina e história romana” e “Retórica de Nietzsche” eram, respectivamente, “Livros argentinos”, “Como se fez a Alemanha de hoje”, “Alguns aspectos da moderna evolução alemã”, “A literatura latina na história de Roma” e “As idéias literárias de Nietzsche”.

O maior conjunto de ensaios é aquele representado por temas latino-americanos, traço que se acentuará em sua colaboração jornalística a partir de 1912, quando José Veríssimo passa a escrever regularmente em *O Imparcial*.

De fato, são quatro artigos: “Letras hispano-americanas”, em que lê a antologia *La joven literatura hispano-americana*, organizada por Manoel Ugarte e publicada em 1906, “Letras argentinas”, em que trata das obras *Stella e Mecha Iturbe*, de Cesar Duayen, *Alma nativa*, de Martiniano Leguizamón, e de um tomo dos *Anales de la Biblioteca*, editado por P. Groussac, “O perigo americano”, acerca dos livros de Oliveira Lima, “Pan-americanismo”, e de Arthur Orlando, com o mesmo título, ambos de 1906, e “Letras venezuelanas”, sobre um livro de ficção, *El hombre de hierro*, por Rufino Blanco Fombona, e um de história diplomática, *La segunda misión a España de Don Fermín Toro*, de Angel Oscar Rivas.

A não ser por serem demonstrações inequívocas da curiosidade que tinha José Veríssimo por homens e coisas latino-americanas, buscando uma informação e um trânsito cultural entre o Brasil e os países hispano-americanos até hoje raro, lendo uma ficção pouco conhecida por aqui e se atualizando acerca das pesquisas históricas, de que dá prova a leitura que faz dos *Anales de la Biblioteca de Buenos Aires*, o forte dessas suas aproximações à América Latina é mesmo a reflexão, que o ocupava desde os anos finais do século XIX através do último capítulo de sua *A educa-*

ção nacional, como já se viu, sobre as relações tensas entre os países latino-americanos e os Estados Unidos. E o exemplo disso, nessa terceira série de *Homens e coisas estrangeiras*, é o ensaio “O perigo americano”.

Na verdade, trata-se de um dos textos mais contundentes escritos por José Veríssimo acerca daquilo que está expresso na doutrina Monroe como *manifesto destino* dos Estados Unidos, isto é, a influência e mesmo a conquista e a colonização sobre o resto da América.

Comentando um livro, o de John Fiske, *American political ideas*, e um artigo de revista, “The territorial expansion of the United States”, escrito por John Bassett Moore, o crítico subscreve o que está dito pelo primeiro autor norte-americano quando afirma “que tempo virá em que se realize na terra um tal estado de coisas que seja possível [...] falar dos ESTADOS UNIDOS estendendo-se de pólo a pólo”.³⁴ Diz José Veríssimo:

Eu por mim piamente acredito que esses tempos não estão muito longe. Tudo na política americana os anuncia próximos. E quando vejo os Estados Unidos romperem com a tradição muito recomendada pelos veneráveis pais da sua República, de se absterem de quaisquer procedimentos e intervenções exteriores, empenharem-se visível e disfarçadamente, qualquer que fosse o pretexto, em guerras de conquista, como foi a da Espanha, a quem tomaram as Filipinas, Porto Rico e quase se pode dizer Cuba, sem falar do que antes já haviam conquistado ao México, introduzirem sob e subrepticamente no seu regime político entidades novas, que eles mesmos não sabem como qualificar e incorporar, e meterem no seu organismo republicano e democrático o vírus funestíssimo das instituições militares, como qualquer Alemanha ou Rússia, da posse de uma grande esquadra e de um poderoso exército um ideal de governo, ultrapassando com tudo isto o que o citado professor Moore chama de “as barreiras do pensamento político americano” e, tomando uma atitude francamente imperialista, ao lado das monarquias retrógradas da Europa, quando tudo isto vejo e considero, acabo de convencer-me das profecias não só de John Fiske, de Benjamin Kidd e de quase todos os sociólogos norte-americanos, mas dos seus estadistas, os Blaines, os Roots, os Roosevelts, todos ali igualmente capacitados de que o “manifesto destino” da sua grandíssima nação é virtual ou efetivamente avassalar a América.³⁵

Por isso, o crítico vê com pessimismo os ideais do pan-americanismo e não vislumbra nenhuma saída para a inevitável vocação imperialista norte-americana em suas relações com as outras nações do continente e, num arroubo de previsão (de certa maneira equivocada ao se assentar numa estatística de John Fiske que não se confirmou, isto é, de que os Estados Unidos, até o fim do século XX, teria uma população de seiscentos ou setecentos milhões de habitantes), afirma:

Qual não será, ajuizada pelo que já é, a força, a potência verdadeiramente assombrosa e incontestável desse colosso de 600 ou 700 milhões de braços lá por 1990 e tantos? Primeiro porão o resto do continente sob a preponderância da sua força moral de ainda por muitos anos a única real grande potência mun-

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 275.

³⁵ *Idem, ibidem*, pp. 275-76.



dial da América, depois sob a sua imediata dependência econômica e finalmente sob a sua plena hegemonia política. Desta se transformar, ao menos para alguns países, em suserania de fato e até de direito, não vai mais que um passo.³⁶

Desse modo, prevendo assim “o futuro da América ou antes do resto da América ante a grandeza assombrosa e ilimitadamente crescente dos Estados Unidos”,³⁷ José Veríssimo lê os livros de Arthur Orlando e de Oliveira Lima como vãs tentativas, ou de atenuar o perigo americano, caso do primeiro, ou de a ele se opor, caso do segundo. E a este a sua principal objeção é exatamente a de ser, como foi a do próprio Rio Branco, uma política de amizade equivocada. Pois, diz o crítico, se o perigo americano “pode ser contrastado somente o será por uma política que não faça da amizade americana uma questão nacional, como foi, por exemplo, exemplo infelicíssimo, a abolição”.³⁸

E a sua conclusão não poderia ser outra:

O pan-americanismo, tal como o entendem e querem os Estados Unidos, invenção de Blaine, principal fãtor do imperialismo americano e pai espiritual de Roosevelt, é, e todo o livro do Sr. Oliveira Lima concorre para o demonstrar, a encarnação daquele ideal do “manifesto destino” de uns Estados Unidos estendendo-se de pólo a pólo.³⁹

Estava preparado o caminho para aquilo que será uma constante de seus textos sobre a América Latina, sobretudo aqueles que escreverá sobre temas culturais, literários e políticos no jornal *O imparcial*, a partir de 1912, como já foi observado.⁴⁰

Mas a variedade de temas e autores dessa terceira série é, como nas duas outras, muito grande, embora se possam organizar alguns conjuntos de textos que estão publicados sem nenhuma preocupação nesse sentido.

É o caso, por exemplo, de três ensaios que, ou tratando de história antiga ou de raça e cultura, “O maior dos romanos” e “Literatura latina e história romana”, por um lado, e “Raça e cultura – Latinos e germanos”, por outro, todos orbitando em torno da figura do historiador italiano Guglielmo Ferrero, cuja presença no Brasil daqueles dias, quando pronunciou conferências, foi um acontecimento cultural de grande impacto, provocando polêmicas e instigando reações, de que o último texto citado de José Veríssimo é um exemplo.

É também o caso de dois textos que tratam da história e da cultura na Alemanha, cuja presença no quadro político europeu se fazia mais e

mais proeminente, até a atuação central que resultou na Grande Guerra de 1914-1918: “Formação da Alemanha atual” e “Aspectos da moderna evolução alemã”.

Ou mesmo os textos em que aborda a literatura e a cultura de Portugal, como são o ensaio comemorativo dos cem anos da morte do poeta, em *Bocage*, aquele em que escreve sobre o livro de Carolina Michaelis de Vasconcelos, “A infanta D. Maria e suas damas”, aquele outro em que volta ao poeta Antonio Corrêa de Oliveira, já abordado em texto da segunda série, ao escrever sobre o seu livro *Tentações de Sam Frei Gil*, e o que comenta a nova edição de *Sermões*, de Antonio Vieira, primeiro volume das *Obras completas do Padre Antonio Vieira*, organizadas pelo Padre Gonçalo Alves, e publicadas em 1907.

Ou ainda, e como não poderia deixar de ser, três ensaios que giram em torno de temas e obras da França, como ocorre com “A lenda napoleônica”, em que discute a obra *Les origines de la légende napoléonienne*, de Philippe Gonnard, “Teatro e sociedade francesa contemporânea”, preciso ensaio sobre dramaturgia numa bibliografia reconhecidamente escassa, e “Taine e a Revolução Francesa”, cujo objeto de leitura é a obra *Taine historien de la Révolution Française*, de A. Aulard, publicada em 1907.

Finalmente, e a meu ver, juntamente com aquele sobre temas e autores hispano-americanos, o mais interessante dos conjuntos presentes nessa terceira série, os dois ensaios sobre Nietzsche: “Um ideal de cultura”, com o subtítulo “Sobre uma página de Nietzsche”, e “Retórica de Nietzsche”, em que comenta quatro obras em torno do filósofo, *En lisant Nietzsche*, de Émile Faguet, *Pages choisies de Frédéric Nietzsche*, de Henri Albert, *Friedrich Nietzsche*, de Henri Lichtenberger, e *Friedrich Nietzsche*, de Eugène de Roberty.

Se a esses dois ensaios for acrescentado aquele que publicou no jornal *Correio da Manhã*, de 19 de janeiro de 1903, posteriormente recolhido no volume *Que é literatura? e outros escritos*, de 1907,⁴¹ tem-se o conjunto completo de textos do crítico sobre o filósofo.

O primeiro ensaio tem por tema uma definição de cultura expressa por Nietzsche numa das páginas de suas *Considerações inatuais*, e que José Veríssimo lê na tradução francesa publicada pela *Mercure de France*, em 1907, e que ele traduz da seguinte maneira: “A cultura é antes de tudo a unidade do estilo artístico em todas as manifestações vitais de um povo”⁴² e a que se segue o comentário do crítico brasileiro:

Já se tem dito, mas cumpre repetir: Nietzsche é principalmente, primariamente, e talvez somente, um artista, isto é, um homem em cujo cérebro todas as impressões do mundo exterior, ou todas as intuições da sua inteligência, todas as suas emoções ou sensações, se apresentam e representam como emoções ou sensa-

³⁶ *Idem, ibidem*, pp. 276-77.

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 277.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 281.

³⁹ *Idem, ibidem*.

⁴⁰ Alguns desses textos estão reunidos em José Veríssimo, *Cultura, literatura e política na América Latina*, Seleção e apresentação de João Alexandre Barbosa, São Paulo, Livraria Brasiliense, 1986.

⁴¹ Cf. Nietzsche, in *Que é literatura? e outros escritos*, Rio de Janeiro, H. Garnier, Livreiro Editor, 1907, pp. 153-63.

⁴² *Op. cit.*, p. 363.

ções estéticas. De uma estesia particular, pessoal, como é tudo nele, fora talvez da realidade objetiva, mas de uma singular força e beleza. Esta idéia – talvez imprecisa e indefinida para os mesmos que se presumem de nietzscheanos – a tirou ele da sua concepção, insensata perante a melhor exigência da civilização grega, das origens da tragédia helênica. **Sabe-se como fantasiou** uma vida, uma sociedade, uma cultura grega, com bem pouca realidade na história. Como quer que seja, dessa criação da sua imaginativa formou um conceito de cultura que quisera aplicar a todas as nossas manifestações vitais; seria ela como o resíduo sublimado, a expressão última e sobreexcelente de todos os nossos progressos na ordem espiritual e ainda na ordem social e moral.⁴³

Desse modo, embora freqüentemente reticente com relação aos conceitos de Nietzsche no que se refere à idéia do super-homem como explicação do processo histórico, aspecto pelo qual era superficial e unilateralmente conhecido pelo leitor médio brasileiro – contra o que o crítico sempre se declara –, e que levou, muitas páginas atrás, a se falar nas relações contraditórias de José Veríssimo com o filósofo alemão, ele encontra em sua definição de cultura um motivo para reverenciar a capacidade imaginativa de quem ele sempre definiu antes como poeta do que como filósofo sistemático.

Por este ensaio, percebe-se como aquilo que o afastava de Nietzsche, e logo nas primeiras linhas ele chega a falar de “repugnância da leitura de Nietzsche!”,⁴⁴ era, sobretudo, a aceitação superficial daquilo que não parecia senão extravagância de sua filosofia ao desmontar os alicerces de um moralismo tradicional. E é, por certo, de grande sensibilidade crítica aquilo que escreve José Veríssimo sobre a cegueira de sua recepção por aqueles que, se presumindo de nietzscheanos, confundem os conceitos do filósofo no que se refere a valores morais. Diz ele:

Superficialmente vista, a filosofia de Nietzsche é a filosofia dos amorais e do imorais. Não que o seu amoralismo, como já lhe chamaram, seja imoral. Ao contrário, resulta em uma transcendente e pura ética. Mas, em antes de lá chegar e antes de a compreenderem e poderem praticar, os literatos e estetas, já de natureza minguidos do nosso comum senso moral, acham na sua soberba, e realmente profunda, teoria da transmutação dos valores, um acorçoamento e uma justificativa às suas próprias tendências anti-sociais ou anti-humanas. E como estas são comuns nessa classe de gente, é justamente nela que mais penetrou, se bem mal compreendido e até deturpado, o pensamento nietzscheano.⁴⁵

Nesse sentido, sabendo buscar uma coerência por sob a aparente desorganização de uma grande sensibilidade, que era a do filósofo, José Veríssimo se desvencilha daqueles elementos naturalistas de sua formação e recupera aquilo que, em Nietzsche, é, como ele mesmo diz, “momentos lucidíssimos, em que a sua imaginação homérica, inquieta e desvairada,

⁴³ *Idem, ibidem*, pp. 363-64.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 359.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 359-60.

projeta clarões intermitentes, de intensidades diversas, mas freqüentemente vivíssimos e luminosos, nos problemas da cultura e da vida”.⁴⁶

É naquela *unidade do estilo artístico* da definição de cultura proposta por ele que o crítico encontra o caminho para apreender como síntese a visão do filósofo, cuja expressão *natural e ingênua* que resulta do sentido da ordem e harmonia aprendida com o trato da cultura grega, segundo José Veríssimo, faz da obra de Nietzsche um magnífico exemplo de superação daquilo que chega a chamar de *vesânico* em sua filosofia.

Sendo assim, na interpretação do crítico, para Nietzsche “a cultura não é saber e conhecimento, ciência ou erudição, mas o expoente e o resultado de tudo isso, quando esse resultado se produz do modo superior por ele chamado estilo”.⁴⁷

A partir daí, o ensaio de José Veríssimo volta-se para o caso brasileiro, numa verdadeira diatribe contra o hábito de falsear a cultura com adornos eruditos de superfície:

A expressão de nós mesmos, como povo e como indivíduos, quando temos alguma coisa a exprimir e sabemos exprimi-la, é em suma a cultura, e não conhecimentos acumulados sem discricção, a ciência ou a erudição apenas ingeridas e mal assimiladas e que, como uma alimentação indigesta, de fato não nutre e avigora o organismo. Impando com estas vitualhas excessivas, despeja-as o estômago tal qual as recebeu. Mas não falta quem lhe tome o ímpeto e o arrote como sinal de saúde e força. Desses vômitos de erudição temos aqui, como outro dia notei, um asqueroso exemplo nas citações intemperantes e desaproposadas, puro, indiscreto e vaidoso alarde de conhecimentos e leituras, que só aos simples ou parvos pode embair.⁴⁸

Já o segundo ensaio mencionado, e que é segundo na publicação em livro, pois apareceu no *Jornal do Comércio* um ano antes do anterior, isto é, em 1907, tem sobretudo o interesse em apontar aquilo que, para o crítico, seria não um estilo de cultura, como no texto precedente, mas o estilo do próprio Nietzsche. E esse estilo é, segundo o crítico, caracterizado por uma ordem clássica em que a clareza e a impersonalidade são traços essenciais, senão de realização, de desejo ou vontade arte. Sobre a primeira, diz ele:

Nietzsche é pela clareza. Ele adorou a clareza grega e a clareza francesa. A clareza era para ele a lealdade do filósofo, o que não é senão, em outros termos, o velho conceito francês: a clareza é a probidade do escritor. E a nenhum talvez admirou mais Nietzsche que a Voltaire, que é o mais claro de todos. Mas esta clareza não é para ele a vulgaridade de tudo dizer plenamente, chatamente, como se o leitor fora um néscio, de modo a impedir-lhe o gosto de colaborar com o autor, que é um dos encantos da leitura.⁴⁹

⁴⁶ *Idem, ibidem*, p. 360.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 366.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 370.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 418.



E sobre a segunda:

A impersonalidade do artista está em que ele não entre voluntariamente na sua obra, ou como ele diz que o autor se deve calar quando a sua obra fala. É um pouco aquilo de Victor Hugo, que não é aliás um artista impessoal: “Ami, cache ta vie et répard ton esprit”. Mas é pessoal justamente porque, não intervindo, a sua personalidade voluntária, sua personalidade sensível, sua personalidade de temperamento enche-lhe a obra. Tal teoria, sutil sem dúvida, mas porventura verdadeira, se resume afinal na parte do inconsciente na obra de arte. Eu por mim sempre pensei que, fora dos tempos modernos, a obra de arte, os grandes poemas antigos, a tragédia grega, e ainda o drama shakespeariano, como as eminentes artes plásticas da Renascença, foram por muito inconscientes ou nelas teve parte proeminente a personalidade de temperamento do artista, para falar como Nietzsche.⁵⁰

Além desses conjuntos de ensaios, aqui descritos para que se possa melhor compreender a organização da obra, essa terceira e última série de *Homens e coisas estrangeiras* completa-se com mais três textos: uma leitura do ensaio de Tolstói sobre Shakespeare, que o crítico lê na segunda edição da tradução francesa editada por Calmann-Lévy em 1907, uma resenha do livro *I vantaggi della degenerazione*, por Gina Lombroso, e sobretudo o ensaio sobre Cervantes, “Miguel Cervantes e D. Quixote”, com que abre o livro. E sobretudo porque é um texto que, sem ser resenha de obra ou de autor, revela, sem dúvida, a aturada reflexão do crítico sobre uma obra clássica, trazendo uma importante contribuição para a sua recepção crítica no Brasil.

E isso, creio, por duas razões: em primeiro lugar, por saber situar a obra de Cervantes como peça fundamental na criação de um novo gênero, o romance, nas articulações com as próprias mudanças sociais e históricas, e, em segundo, por ultrapassar as puras e simples visões da obra cervantina como sátira, que seriam, segundo as melhores lições dos estudiosos da obra, uma primeira etapa de sua história crítica.

Na verdade, desde o início, o ensaio de José Veríssimo se propõe como uma leitura do *Dom Quixote* que o situe como parte substancial da transformação do gênero épico e como peça importante na consolidação do romance como gênero próprio da burguesia. Assim, diz o crítico:

O homem antigo, isto é, a sociedade antiga, definiu-se na epopéia. A sua própria tragédia não é senão a epopéia dialogada, numa ação mais rápida e movimentada. O romance, não obstante tentado pelos gregos, iniciadores de tudo, mas criação moderna, é a nossa epopéia, a nossa forma de literariamente nos definirmos e à nossa sociedade. [...] Quando a vida tomou outra direção e não foi mais, ou não foi principalmente, a atividade guerreira, com as suas empresas ousadas e grandiosas, as suas façanhas maravilhosas, aventuras extraordinárias e feitos sobre-humanos, [...] quando os deuses e semideuses e os heróis cederam lugar ao homem e a sociedade, de hierárquica e aristocrática que era, entrou a tornar-se igualitária e democrática, as classes e castas foram desaparecendo e o costume antes da

⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 413-14.

lei começou a igualar a todos, a epopéia, acompanhando a evolução social, foi pouco a pouco evoluindo no romance, a história idealizada da vida burguesa e popular, que substitui a vida patriciana e militar.⁵¹

No que se refere à segunda razão assinalada, aquela de ultrapassar a leitura da obra de Cervantes como exemplo satírico que só poderia ser devidamente apreendido em razão da experiência do leitor com as obras de cavalaria anteriores, dominante no período em que José Veríssimo escreve o seu texto, a sua reflexão é de grande acerto crítico, sabendo apontar as razões mais íntimas da perenidade do grande livro. Diz ele:

E hoje nenhum resto sequer sobrevive da cavalaria andante, que ninguém escreve ou lê romances de cavalaria, nem é, pois, influenciado por eles, e, portanto, a sátira de Dom Quixote fica sem objeto, ou tem apenas um alcance retrospectivo sem interesse, o que vive nesse livro de uma vida perene e imortal, é a sua realização da vida e da natureza humana.⁵²

Aliás, um dos traços marcantes do ensaio de José Veríssimo é saber manter a tensão entre os elementos realistas e idealistas que, como se sabe, estruturam a obra de Cervantes, embora, é claro, movido pelos próprios preconceitos de época, a sua tendência seja a de acentuar os valores de idealização da obra, sem que, no entanto, isso o estorve de assumir uma perspectiva acertadamente crítica, como se pode ver no pequeno trecho a seguir:

E assim, diz, o mais realista talvez dos grandes poemas humanos, é porventura aquele que melhor exprimiu a capacidade de ideal que no homem há, e com tão profunda e exata ciência da vida, tão claro sentimento da realidade, que o herói protagonista dessa vesânia, só pela vesânia escapa às miseráveis condições egoísticas da existência.⁵³

Acrescente-se, como observação derradeira, que o comentário a este texto de José Veríssimo serve muito bem como conclusão para estas notas introdutórias e até mesmo por uma razão ocasional que, não obstante, teve a sua importância para a reedição dessas séries de estudos do crítico.

Isso porque foi a partir de artigo em revista acerca desse ensaio de José Veríssimo, em grande parte utilizado aqui, no contexto mais amplo de uma discussão sobre a recepção crítica da obra de Cervantes no Brasil, que tive a oportunidade de chamar a atenção, nomeando explicitamente duas editoras, para a necessidade cultural de uma reedição das três séries de *Homens e coisas estrangeiras*.⁵⁴

⁵¹ *Idem, ibidem*, pp. 9-10.

⁵² *Idem, ibidem*, p. 24.

⁵³ *Idem, ibidem*, p. 28.

⁵⁴ Cf. João Alexandre Barbosa, “Homens e coisas estrangeiras”, in *CULT - Revista brasileira de literatura*, Ano II, n. 23, junho de 1999, p. 18-20. O trecho completo do artigo



Que uma delas, a Topbooks, por intermédio de José Mário Pereira, tivesse atendido ao apelo é motivo para uma renovação de confiança em nossa indústria editorial.

mencionado é o seguinte: "Obra que, sem dúvida, mereceria a coragem editorial de uma republicação (penso, por exemplo, na mencionada Topbooks ou na Companhia das Letras que vêm meritoriamente republicando textos básicos de nossa tradição) não apenas por curiosidade bibliográfica, mas porque revela um ângulo muito pouco conhecido não somente do crítico, como de todo o seu momento cultural, vale dizer, o fim do século XIX e inícios do XX no Brasil".